

ÉTICA E EDUCAÇÃO INDÍGENA: O APRENDER NUM CONTEXTO CULTURAL DIFERENCIADO

Evani dos Santos Duarte

email: evaniduarte@yahoo.com.br

Resumo

O presente texto aborda a temática cultura indígena e educação, tendo a intenção de suscitar reflexões sobre os sentidos do aprender num contexto cultural diferenciado, chamando a atenção para o universo ético indígena, no que se refere às formas de aprendizagens próprias, estruturadas na cotidianidade da comunidade, onde todos são responsáveis num processo que perpassa por toda a vida do indígena.

Introdução

Investigar sobre como acontece a educação indígena e a escolar na aldeia Guarani, pode trazer contribuições significativas para a reflexão e o desenvolvimento de uma educação diferenciada e intercultural para esta e outras populações indígenas. A escola indígena foi e ainda é, em sua maioria, gerido fora do contexto indígena, tornando-se esse o grande desafio a ser conquistado pelos povos indígenas e, especificamente neste trabalho, pela população Pataxó da aldeia Imbiruçu, situada no município de Carmesia-MG,

Retomar a trajetória histórica do povo Pataxó e da educação escolar indígena aflora o quanto estes povos sofreram e sofrem exclusões em seus direitos desde o período da colonização até os dias de hoje, evidenciado, através da legislação, os interesses do Estado de uma política indigenista de integração e assimilação dos povos indígenas à sociedade nacional. A conquista do direito a uma educação diferenciada torna-se o objetivo da educação escolar indígena e a escola Pataxó da aldeia Imbiruçu não foge a regra, sendo este o foco de discussão entre professores, lideranças e comunidade.

Objetivo

Neste propósito, este trabalho visa investigar os sentidos do aprender centrados na ética indígena com vistas a compreender o processo de escolarização ocorrido na aldeia Imbiruçu e o atual desafio de construir uma educação que contemple a cultura e a realidade local.

O Pataxó da Aldeia Imbiruçu: universo da pesquisa

Das etnias que vivem em MG, os Pataxós são índios originários do sul da Bahia e, devido a conflitos e lutas políticas, acabaram migrando para Minas Gerais.

A história destes povos evidencia a constante desterritorialização, isto é, as repetidas perdas dos seus territórios. O transitar do Pataxó de um lugar para o outro favorece o abandono do seu jeito de ser, da sua ética e cultura. Segundo Oliveira (1999, p. 20) territorialização pode ser definido como:

“ [...] uma reorganização social que implica: criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; a constituição de mecanismos políticos; a redefinição de controle social sobre os recursos ambientais; a reelaboração da cultura.

Portanto, a questão territorial diz respeito às suas próprias reorganizações sociais, culturais e identidade étnica, ressaltando que todo indivíduo é construído culturalmente no espaço e grupo ao qual pertence. Ao mesmo tempo em que os Pataxós foram se reorganizando em outros territórios, suas identidades ético-culturais foram se traduzindo e reconstituindo.

A identidade Pataxó passou por modificações ao longo das inter-relações estabelecidas com os não índios. Segundo Oliveira (1976, p. 36), um indivíduo ou grupo indígena afirma sua etnia contrastando-se com uma etnia de referência [...], seja tribal ou nacional”. O sentido de pertença só é invocado quando está em confronto com membros de outra etnia.

Nesse processo histórico, o povo Pataxó sobreviveu a um sistema universal e monocultural, no qual vivenciou o processo de homogeneização, sofrendo discriminação, preconceito, marginalização de seu conhecimento tradicional, sua identidade e sua cultura.

É nesse ambiente que se constitui o Pataxó, na relação com seus pares, com a mãe terra, a quem têm um vínculo de vida. Segundo Brostolin (2005, p. 110), os índios são filhos naturais da terra e se autodenomina um povo POKÉ que significa terra, pois para eles nossos antepassados saíram da terra, nós vivemos da terra, dela tiramos nosso sustento, nela construímos nossas casas, temos nossos vizinhos, somos desta terra mesmo. Nota-se um discurso significativo sobre a terra, que é de onde saem de onde vivem e para onde retornam.

Para entender essa dinâmica relacional dos Pataxós faz-se necessário trazer um pouco do cotidiano da população pesquisada.

A fazenda Guarani é formada por aproximadamente 600 índios da etnia Pataxó, subdividida em três aldeias Imbiruçu, Retirinho, e a sede (Guarani), cada uma tem o seu líder e juntos com o cacique formam o Conselho Tribal da Aldeia. Predomina a religião católica e as festas/rituais são ligados aos acontecimentos que lembram a terra (plantio/colheita e outras atividades estacionais) e sobreviveram na atualidade, dentro do calendário cívico-religioso cristão, junto a outras comemorações que o grupo adotou: Dia do Índio, Dia da água, Dia de São Sebastião, São João, Finados, Natal.

Os habitantes não falam mais o idioma materno. Entretanto, existe iniciativa, na aldeia, de resgatar através da escola, que vem realizando um trabalho de revitalização da língua, introduzindo no currículo aulas de Pataxó, fato confirmado pelos professores:

O líder indígena de Carmésia integra um grupo de aproximadamente 150 Pataxós de Minas Gerais e da Bahia que, em 1995, constituíram uma espécie de força-tarefa para recuperar a língua da etnia. Pataxós mais antigos foram entrevistados para a produção de material didático para as escolas das aldeias, composto por uma espécie de dicionário e CDs com canções tradicionais.

Um dos grandes desafios é o ensinamento da língua-mãe pataxó para as crianças. Jandaia professora da aldeia Imbiruçu afirma que não há uma pessoa mais velha na aldeia que fale a língua nativa. O ensinamento das palavras e sons é feito de forma lúdica: ela desenha no quadro da escola animais, plantas, instrumentos, enquanto as crianças se apressam em dizer o nome em pataxó. O grande desafio é que eles formem frases, dialoguem na língua-mãe. A escola é ao ar livre, numa estrutura semelhante a

uma oca, com telhado de folhas de palmeiras e carteiras. O piso é de terra. “É preciso que nossas crianças aprendam a falar nossa língua, para que nosso idioma seja revitalizado”, diz.

“A proposta é uma educação que leve em conta os nossos costumes, rituais, o conhecimento de plantas medicinais.”

Pintura “A pintura corporal é um bem cultural de grande valor para nós Pataxó. Ela representa parte de nossa história, sentimentos do cotidiano e os bens sagrados. Usamos a pintura corporal em festas tradicionais na Aldeia como em ritos de casamento, nascimento, comemorações, dança, luta, sedução, luto, proteção, etc. Temos pintura para o rosto, braço, costas e até mesmo para as pernas. Usamos pinturas específicas para homens e mulheres casados e solteiros. As pinturas têm diversidade de tamanho e significados”, comentou o cacique Txonãg da Aldeia Imbiruçu.

Economia Além da renda proporcionada pelo artesanato, a economia pataxó depende do Programa Bolsa Família e das aposentadorias. “Ainda há índios contratados pelo estado para lecionar no ensino fundamental e para trabalhar no posto de saúde”, comentou a cacique Cijanete da aldeia Retirinho.

Casamento Os casamentos são realizados, preferencialmente, entre índios como forma de não enfraquecer a cultura. Os casamentos ainda seguem as tradições do povo Pataxó. A cerimônia é realizada na cabana comunitária. O noivo carrega uma pedra do mesmo peso da noiva no dia do casamento. “Essa parte do ritual significa o peso da responsabilidade de assumir uma mulher e uma casa”, explica a cacique Cijanete. A noiva é pintada dentro de uma pequena cabana e assim, como na tradição ocidental, depois de preparada, só pode ser vista pelo futuro marido na cerimônia.

Nos casamentos, as camisetas e shorts usados diariamente pelos índios dão lugar a saias de fibras de coco, brincos com penas coloridas, colares. Os índios pintam o rosto e acendem os cachimbos com ervas. As danças e as canções sobre a natureza e os costumes remetem a imaginação para um passado que, naquele momento, parece redivivo para os Pataxós.

Moradia Em Imbiruçu, os pataxós ainda chamam suas casas deocas, mas essas moradias, para quem está de fora, estão cada vez mais parecidas com as casas dos não-

índios, feitas de cimento, tijolos, janelas. A energia elétrica também trouxe a geladeira, o chuveiro, a televisão, outros eletrodomésticos.

Até mesmo a velha rotina de tantas outras casas brasileiras também se estabelece de segunda a sábado para a matriarca da aldeia, Hemúgây Pataxó. No momento da novela das 8h da noite, os 43 netos e dez filhos não insistem em conversas. Podem levar bronca. “As pessoas ainda têm uma visão antiga dos índios, como se tivéssemos ficado parados no tempo primitivo”, afirma Txonãg , batizado na língua dos brancos como Ronaldo. Para os pataxós da aldeia Imbiruçu não há paradoxo. Arcaico, contemporâneo. Tudo se mistura num estilo de vida ao mesmo tempo muito próximo e em outros muito distante da realidade de quem não é índio.

A Aldeia também possui um lugar sagrado, o Centro Cultural Môgãgã, onde acontecem os rituais e as festas da comunidade.

O canto e dança O Awê para nós Pataxó significa o amor, a união e a espiritualidade com a natureza. O Awê nos traz segurança e a dança e o canto são instrumentos de comunhão entre nós Povo Pataxó e a natureza. Através do canto e da dança transpiramos e adquirimos novas energias da terra, do ar, da água, do fogo e de todas as energias positivas que formam a natureza. Relata o jovem Mayuan.

Alimentação a base alimentar dos pataxós foi fortemente alterada ao longo das últimas décadas. Com a crescente escassez de caça e pesca, os tradicionais cozidos de peixe, tatu, capivara e a paca praticamente desaparecem do dia a dia. Os ingredientes do cardápio rotineiro dos índios, com exceção da farinha de mandioca, produzida na reserva, vêm de supermercados e mercearias da cidade. A comida praticamente não difere da que os pobres da região têm à mesa.

Os cozidos típicos dos pataxós só reaparecem em batizados, casamentos e na Festa das Águas, realizada na primeira semana de outubro para os deuses da água e da fartura. Nessas ocasiões também se prepara o cauym, bebida diurética feita à base de mandioca. “Aí cada família leva um prato para todos comerem nas cabanas, onde fazemos as reuniões, cantamos e dançamos”, conta Mayuan Pataxó, de 25 anos, morador da aldeia Imbiruçu.

A medicina tradicional é praticada pelo pajé Hemúgây é uma das pessoas mais velhas da aldeia. Tem 57 anos. É a benzedeira de Imbiruçu, já que o espírito da natureza,

segundo o cacique, ainda não escolheu o novo pajé da tribo. O antigo líder espiritual morreu em 2003. Hemúgây é também parteira, mas nos últimos tempos só fez dois partos na aldeia. “A maioria prefere o hospital”, diz. O mesmo acontece em casos de doença. As ervas, tão comuns nos antigos tratamentos, agora são apenas para um mal-estar leve.

Um olha sobre os sentidos do aprender indígena: Da aprendizagem comunitária a aprendizagem escolar

Os sentidos do saber indígena são um importante referente de memória e identidade comunitária. O pensamento e a convivência refletem de múltiplas maneiras o sentido ético de convivência com a mãe terra. A identidade da pessoa se enraíza e se prolonga na terra. Para o indígena, aprender é iniciar-se no mundo comunitário e os seus rituais. A comunidade comparte a educação como uma responsabilidade de todos, que se arma na convivência e na transmissão. A tarefa é iniciada na infância e transcorre através da vida da pessoa.

O saber indígena é cotidiano, não somente como aprovação isolada de técnicas e conhecimentos, mas porque envolve muitos valores éticos relacionados à pessoa e o seu meio, a natureza, a vida vegetal e animal, nessa convivência pratica-se o respeito, que ensina diversas estratégias de apropriação do entorno do ambiente.

A observação da vida cotidiana revela um tempo importante de dedicação ao trabalho e às ocupações; o mundo indígena reconhece o saber a todo conhecimento útil à vida comunitária, em que também os valores sagrados e os saberes éticos fazem parte da convivência. Neste sentido, o saber comunitário consolida o modo de ser e fazer parte de, sempre estreitamente ligado à ação e à prática dos sujeitos. É reproduzido de forma oral e se conserva como um acervo de conhecimentos que identifica uma comunidade, por oposição a outras. Outra noção e experiência recorrente do saber ser, convivendo em comunidade com os seres da natureza manifestam-se no respeito.

O respeito é um dos valores éticos que é ensinado tanto para a convivência humana quanto atitude ante a natureza. O respeito está no gesto, no corpo, na voz, nos olhos, na inclinação. O silêncio é outro recurso de respeito. A educação comunitária faz do respeito o sentido que ordena as relações e convivência, é um valor ético tão importante

que a pessoa que o transgride perde o respeito dos demais, sua palavra perde a força ao ficar sem credibilidade e o seu fazer sem reconhecimento.

Os povos indígenas têm sua versão local do espaço que ordena e se reconhece organizador da vida e da convivência, experimentando se um mundo de aprendizagens e de solidariedades mediante diversas estratégias éticas e de representação de ordem. Toda comunidade indígena é uma unidade social oral, em cuja memória e cosmovisão é reconhecida a memória sagrada. Através da ação solidária, o coletivo se apropria em forma comunal dos recursos naturais (Munhöz, 2003).

Essa enorme capacidade adaptativa e de persistência é elemento chave para entender a permanência e a luta indígena pelo seu território. E, graças a essa resistência, os povos indígenas insurgem-se de forma corajosa, buscando espaços e estratégias de enfrentamento em defesa de seus projetos de sustentabilidade.

A educação escolar, que durante muitos séculos se apresentou aos povos indígenas com um caráter integracionista e assimilacionista, vem se constituindo atualmente em demanda importante na luta pelos seus direitos. A partir das práticas concretas de educação indígena nas últimas décadas, já é possível perceber a influência da visão culturalmente diferenciada destes povos, a força que seus valores éticos e suas práticas rituais e míticas exercem, influenciando, de certo modo, até mesmo as propostas curriculares. Assim, o respeito às formas de pedagogia endógena, o uso dos seus idiomas, a formação e capacitação de professores indígenas e a elaboração de materiais didáticos culturalmente diferenciados, são algumas das bandeiras e desafios enfrentados pelos povos indígenas atualmente.

É importante reforçar esse dinâmico e, às vezes, contraditório processo de busca de autonomia, presente nas lutas e ações coletivas das populações indígenas no contexto pós-colonial. Tratamos com povos que eram, historicamente, autônomos, desenvolvendo para isso complexas e variadas relações de troca, de aliança ou mesmo de guerra com os outros povos. No presente, a afirmação da autonomia de cada povo continua relacionada diretamente às suas possibilidades (e a dos povos indígenas em geral) em alterar as relações, historicamente estabelecidas com o entorno regional. E aí, o espaço escolar vem se constituindo como lugar privilegiado para a efetivação desses processos. É sob o prisma da autonomia que se articulam e criam sentido, de um lado,

as grandes lutas pela necessária ampliação territorial e, de outro, as demandas por um ensino específico e de qualidade, incluindo o acesso à Universidade, a busca de participação nos espaços de representação e decisão da sociedade não-indígena, como os poderes legislativos e executivos, entre outros (Brand, 2006).

Atualmente, há um novo perfil do indivíduo indígena, o índio é índio pelo sentimento de pertencimento à sua cultura e dos seus valores éticos, pois domina tudo o que a cultura do consumo e da mídia tem a oferecer. Então, é preciso pensar esta escola e o discurso que apresenta; respeitando o que é significativo às crianças e que irá de encontro às suas realidades e representações.

Delinear uma escola como lugar de encontro das diferenças culturais e de identidades exigirá mais dinamismo entre os sujeitos que ali se encontram mediado por constantes reflexões dos discursos e valores éticos que envolvem e norteiam o processo educativo. Nesse ponto, considera-se a educação como figura do porvir, que o sugere como o que não se pode antecipar predizer, aquilo que não se fabrica, mas que nasce do impossível ao verdadeiro. Este porvir está relacionado à fecundidade que a educação pode oferecer, pois podemos dar ao outro um destino diferente do nosso, abrindo-o para as possibilidades do que aparentemente é impossível.

Considerações Finais

A educação escolar indígena está delineada na Constituição de 1988, nas leis nacionais e órgãos competentes, porém, de forma muito ampla, percebe-se insuficiências e dificuldades em efetivar o que está previsto, como, também, de atender as reais necessidades de cada etnia. Apesar da Constituição brasileira e das legislações estaduais reconhecerem os direitos dos povos indígenas, ainda há muito que se fazer na prática em relação a todas as etnias de culturas diferentes. Não basta a lei prever ou garantir a posse dos territórios, de educação, de direitos à saúde, entre outros, mas é preciso ações que concretizem o que é dito e de direito. O desafio é construir uma educação escolar que respeite os valores éticos indígenas, a dignidade da criança e trate-a com compreensão e ajuda construtiva.

Os povos indígenas precisam ser conhecidos, respeitados e compreendidos em sua lógica cultural e educacional, pois precisam dominar as ferramentas do mundo moderno para melhor dialogar e ocupar o espaço que lhe é de direito.

Referências

BRAND, Antonio. *Autonomia e globalização, temas fundamentais no debate sobre educação escolar indígena no contexto do MERCOSUL*. In: Série ESTUDOS. Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, n. 7, abril de 1999.

BROSTOLIN, M. *El papel da educación en programas de desarrollo local en poblaciones indígenas*. 2005. (Tese de Doutorado). Universidade Complutense de Madri, Espanha.

MUNHÔZ, M. G. Saber indígena e meio ambiente: experiências de aprendizagem comunitária. In: LEFF, H. *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003, p.282-323.

OLIVEIRA FILHO, J. P. *Uma etnografia dos índios misturados?* In: *A viagem de volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

Entrevistados

Cijanete Patacho de 50 anos, cacique da aldeia Retirinho

Hemúgây, 57 anos parteira benzedeira Page da aldeia Imbiruçu

Jandaia Pataxó, 37 faz licenciatura indígena na Universidade Federal de Minas Gerais.
Professora da aldeia Imbiruçu

Mayuan Pataxó, de 25 anos, morador da aldeia Imbiruçu.

Txonãg Cacique da aldeia Imbiruçu.

